

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- O candidato deverá optar e marcar na folha de resposta da prova em qual grupo está concorrendo, conforme o edital.

PROVA OBJETIVA
Seleção PRJ/VR

GRUPO 1

1. Marielle mora com sua filha menor no complexo da Maré, onde vem disputando com seu vizinho parte de um terreno. O vizinho, contudo, ameaçou a integridade de sua filha para que ela assinasse acordo de transação, pelo qual renunciava a direitos sobre o terreno.

Diante disso, o referido acordo é:

- A)** nulo, em razão do objeto ilícito;
- B)** anulável, em razão de coação;
- C)** anulável, em razão de dolo.
- D)** nulo, em razão da ausência de vontade;
- E)** anulável, em razão de estado de perigo;

2. Sobre os defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

- A)** O dolo acidental não anula o negócio jurídico e, portanto, não gera direito à indenização.
- B)** Desde que escusável, é anulável o negócio jurídico por erro *in negotio, in persona e in corpore*.
- C)** O negócio jurídico celebrado com coação é nulo mesmo que a coação seja praticada por terceiro.
- D)** A lesão pode anular o negócio jurídico ainda que a desproporção das prestações se manifeste posteriormente à celebração
- E)** O negócio jurídico celebrado com simulação é anulável mesmo sem ter causado prejuízos a terceiros.

3. Margarida, com dezesseis anos de idade, obtém o consentimento de seus pais e se casa, sob o regime da

comunhão parcial de bens. Um ano após o casamento, o casal se divorcia. Decidida a vender o imóvel recebido de seus pais por doação antes do casamento, Margarida tem o registro da venda do imóvel.

Considerando a situação trazida no problema, é correto afirmar que:

- A)** os menores de dezesseis anos são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de exercê-los;
- B)** a incapacidade para os menores cessa pelo casamento;
- C)** a incapacidade para os menores cessa apenas nestas hipóteses elencadas pelo Código Civil: aos dezoito anos completos, pela emancipação, pelo exercício de emprego público e pela colação de grau em curso de ensino superior;
- D)** a alienação de imóveis envolvendo menores de dezoito anos depende de assistência dos representantes legais, ainda que o menor já tenha contraído matrimônio;
- E)** a menoridade cessa aos 21 anos de idade, idade em que é permitida a prática pessoal de todos os atos da vida civil.

4. Eduardo alugava um prédio urbano de propriedade da sua esposa, Cláudia, para o funcionamento da empresa dele. Em razão de diversos desentendimentos entre o casal, Eduardo parou de efetuar o pagamento de aluguéis, fato que levou Cláudia a pedir o divórcio. Assim, eles se divorciaram e, posteriormente, Cláudia resolveu ajuizar uma ação de cobrança contra Eduardo.

De acordo com o Código Civil, na situação hipotética apresentada, o prazo prescricional para Cláudia ajuizar a referida demanda em desfavor de Eduardo é de

- A) dois anos, contados da data do inadimplemento de Eduardo.
- B) três anos, contados da data do inadimplemento de Eduardo.
- C) dois anos, contados da data em que Cláudia e Eduardo se divorciaram
- D) um ano, contado da data do inadimplemento de Eduardo
- E) três anos, contados da data em que Cláudia e Eduardo se divorciaram.

5. Considerando a legislação civil em vigor, assinale a alternativa **correta** acerca do casamento.

- A) A sociedade conjugal só termina pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.
- B) Não podem casar os afins em linha reta, mesmo após a dissolução do casamento.
- C) Para a realização do casamento nuncupativo, é necessário que algum dos contraentes esteja em iminente risco de vida, não se obtenha a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto e haver a presença de, pelo menos, três testemunhas.
- D) Pode ser anulado o casamento realizado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes erro essencial. É hipótese de erro essencial a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que caracteriza deficiência.
- E) O Ministério Público não tem legitimidade para promover ação direta pretendendo a decretação da nulidade de casamento contraído por infringência de impedimento.

6. Baptista ajuizou medida de produção antecipada de provas em desfavor da empresa BETA, informando, em sua petição, que o prévio conhecimento dos fatos a serem esclarecidos pela prova que será produzida poderá justificar ou evitar o ajuizamento de ação judicial.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) O juízo do foro onde a prova deverá ser produzida ou o do foro do domicílio do réu possuem competência concorrente para o processamento da medida e, após registro ou distribuição da petição, haverá prevenção para futura ação relacionada à prova produzida.
- B) O juízo do foro onde a prova deverá ser produzida ou o do foro do domicílio do réu possuem competência concorrente para o processamento da medida, mas não haverá prevenção para futura ação relacionada à prova produzida.
- C) Baptista não possui interesse em agir, porque, na própria petição, afirma que, eventualmente, a ação principal não será ajuizada, portanto a medida deverá ser liminarmente indeferida.
- D) O juízo do foro onde a prova deverá ser produzida possui competência exclusiva para o processamento da medida e, após registro ou distribuição da petição, haverá prevenção para futura ação relacionada à prova produzida.
- E) O juízo do foro onde a prova deverá ser produzida possui competência exclusiva para o exame da medida e não haverá prevenção para futura ação relacionada à prova produzida.

7. Ainda sobre a sentença, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- B) No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.
- C) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.
- D) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.

E) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

8. De acordo com o Decreto n.º 2.181/1997 (que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC) e alterações posteriores, assinale a alternativa correta:

A) Não é enganosa, por omissão, a publicidade que deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço a ser colocado à disposição dos consumidores.

B) A fiscalização de que trata este Decreto será efetuada por agentes fiscais, oficialmente designados, vinculados aos respectivos órgãos de proteção e defesa do consumidor, no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, devidamente credenciados mediante Cédula de Identificação Fiscal, admitida a delegação mediante convênio.

C) O ônus da prova da veracidade (não-enganosidade) e da correção (não-abusividade) da informação ou comunicação publicitária cabe a parte mais vulnerável.

D) Somente órgão da Administração Pública federal, destinado à defesa dos interesses e direitos do consumidor, tem, no âmbito de suas respectivas competências, atribuição para apurar e punir infrações a este Decreto e à legislação das relações de consumo.

E) A celebração de termo de ajustamento de conduta impede que outro seja lavrado por quaisquer das pessoas jurídicas de direito público integrantes do SNDC.

9. Assinale a opção **correta** acerca do direito do consumidor.

A) As sanções administrativas na relação de consumo podem ser de natureza pecuniária, a exemplo da multa, bem como de natureza objetiva e subjetiva, destacando-se que as duas últimas não admitem a aplicação cumulativa.

B) Nos termos da jurisprudência consolidada do STJ, é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que

limita no tempo a internação hospitalar do segurado, coadunando-se tal entendimento com o CDC.

C) O CDC pode ser invocado por aquele que não participou diretamente da relação jurídica de consumo, mas que, a exemplo do consumidor direto, também foi vítima do evento danoso, provocado por um defeito, denominado também de acidente de consumo. É o que a doutrina chama de consumidor standard ou stricto sensu.

D) São espécies de excludentes da responsabilidade civil objetiva do fornecedor, pelo fato do produto ou serviço, expressamente previstas no CDC: a culpa exclusiva ou o fato exclusivo do consumidor ou de terceiro, além da culpa concorrente do consumidor e do fornecedor.

E) Consoante o entendimento pacificado e atual do STJ, caso o nome do consumidor seja indevidamente inserido nos órgãos ou cadastros de proteção ao crédito, existindo outras restrições devidas, o consumidor lesado tem o direito de pleitear indenização por danos morais, todavia com valor reduzido.

10. Considerando as assertivas a seguir:

I – Nas ações possessórias a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticado.

II – Quando o inventariante for dativo a lei não lhe concede representação plena do espólio.

III – A sentença de mérito transitada em julgado produz efeitos endoprocessuais e extraprocessuais.

IV – A decisão do Tribunal de Justiça que não conhece o recurso por intempestivo é declaratória e possui efeito *ex tunc*.

V – A condenação por litigância de má-fé independe do resultado da demanda, podendo ser aplicada inclusive ao vencedor da ação.

A) Apenas as assertivas I, II, III e V estão corretas.

B) Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.

C) Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

D) Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

E) Todas as assertivas estão corretas.

GRUPO 2

11. Sobre a culpabilidade no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato;
- B) Os menores de 16 (dezesesseis) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- C) A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal;
- D) A emoção ou a paixão sempre excluem a imputabilidade penal.
- E) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

12. Durante a madrugada, Beatrice ingressou em uma residência e subtraiu um computador, um relógio e um quadro de parede valioso. Quando saía da residência, ainda dentro da casa, foi surpreendida pela chegada do proprietário, Dante. Assustada, ela desferiu um soco em Dante e conseguiu fugir com a coisa subtraída. Na dia seguinte, arrependeu-se e resolveu devolver todas as coisas subtraídas a Dante, o que efetivamente veio a ocorrer. Dante, revoltado com a conduta anterior de Beatrice, compareceu na Delegacia de Polícia e narrou o ocorrido. Intimado pelo Delegado para comparecer em sede policial, Beatrice, preocupada com uma possível responsabilização penal, procura o Núcleo de Prática Jurídica da Universidade mais próxima e solicita esclarecimentos sobre a sua situação jurídica, reiterando que já no dia seguinte devolvera o bem subtraído.

Na ocasião da assistência jurídica, o(A) advogado(A) deverá informar a Beatrice que poderá ser reconhecido(A):

A) a desistência voluntária, havendo exclusão da tipicidade de sua conduta.

B) o arrependimento eficaz, respondendo o agente apenas pelos atos até então praticados.

C) a atenuante da reparação do dano, apenas, não sendo, porém, afastada a tipicidade da conduta.

D) o arrependimento posterior, não sendo afastada a tipicidade da conduta, mas gerando aplicação de causa de diminuição de pena.

E) no caso, a devolução dos bens afasta a responsabilidade criminal, em razão da incidência do princípio da insignificância.

13. José Arcadio foi denunciado pela suposta prática de crime de estupro de vulnerável, porque teria praticado conjunção carnal contra a vontade de Amaranta, de 15 anos, mediante grave ameaça. No curso da instrução, Amaranta mudou sua versão e afirmou que, na realidade, havia consentido na prática do ato sexual, sendo a informação confirmada por José Arcadio em seu interrogatório.

Considerando apenas as informações expostas, no momento de apresentar alegações finais, a defesa técnica de José Arcadio deverá pugnar por sua absolvição, sob o fundamento de que o consentimento da suposta ofendida, na hipótese, funciona como:

A) causa supralegal de exclusão da tipicidade.

B) causa legal de exclusão da ilicitude.

C) fundamento para reconhecimento da atipicidade da conduta.

D) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

E) causa de exclusão da punibilidade.

14. Em relação às penas e suas espécies, assinale a correta:

A) as penas serão privativas de liberdade, restritivas de direitos e de liberdade condicional.

B) as penas restritivas de direitos deverão ser executadas em forma progressiva, segundo a convicção do juiz e o mérito do condenado.

C) as penas serão privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.

D) o trabalho externo é inadmissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas ou privadas.

E) as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma regressiva, segundo o mérito do condenado.

15. Analise as afirmativas a seguir.

I - A pena de reclusão será cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, por sua vez, deverá ser cumprida necessariamente em regime semiaberto.

II - O condenado não reincidente, cuja pena privativa de liberdade seja superior a quatro anos e não exceda a oito, poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.

III - O condenado por crime contra o patrimônio terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) I e II.

16. A respeito do tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada (artigo 33, parágrafo 4º, da Lei nº 11.343/06), é correto afirmar que:

A) É inadmissível a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria.

B) É impositiva o reconhecimento do tráfico privilegiado quando demonstrada a dedicação à atividades criminosas e pertencimento à organizações criminosas voltadas para o tráfico.

C) É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria.

D) Trata-se de crime equiparado a hediondo.

E) A quantidade de drogas, o pertencimento à organização criminosa e a dedicação ao tráfico são

indiferentes para o reconhecimento do tráfico privilegiado.

17. De acordo com a Lei nº 11.343/06, a conduta de cultivar, para seu consumo pessoal, plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica, é considerada:

A) típica, mas impunível.

B) atípica.

C) típica e punível com pena de reclusão de 06 (seis) meses a 01 (um) ano, podendo ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes e não integre organização criminosa.

D) típica e punível com pena de prestação de serviços à comunidade, advertência ou medidas educativas.

E) típica e punível com pena de reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos, podendo ser reduzida de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes e não integre organização criminosa.

18. Frederico Chopin possui, dentro de sua residência, duas armas de fogo, sendo uma de calibre permitido e uma de calibre restrito. Visando praticar tiros ao alvo, Frederico vai à zona rural e leva sua arma de calibre de uso proibido para atirar em garrafas de vidro. Antes de chegar ao local, Frederico é interceptado em uma blitz policial e tem sua arma apreendida, bem como é preso em flagrante. Munida de mandado judicial, a Polícia faz uma busca na residência de Frederico e apreende a arma de fogo de uso permitido que lá estava. Nenhuma das armas possuía autorização administrativa ou registro regulamentar.

Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que Frederico poderá responder por:

A) disparo de arma de fogo e posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

B) posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

C) omissão de cautela e posse irregular de arma de fogo de uso proibido.

D) porte irregular de arma de fogo de uso permitido e porte irregular de arma de fogo de uso restrito.

E) não poderá responder por posse irregular de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso proibido por se tratar de bis in idem.

19. Cláudio Feldspato procura uma advogada para ser representado em um crime de Calúnia acontecido no dia 14 de janeiro de 2024 feita por João Mica que disse que ele entrou na sua loja no dia anterior e levou um quilo de salamargo sem pagar. Acontece que João Mica sabia que esse evento não havia acontecido mas como era desafeto de Cláudio resolveu espalhar essa notícia.

Com relação aos elementos necessários para conter na Procuração que a advogada deve assinar é correto afirmar que a situação exposta, é correto afirmar que Frederico poderá responder por:

A) a procuração para casos de crimes contra a honra é procuração comum;

B) a procuração para ação penal de iniciativa privada precisa conter poderes especiais para o oferecimento de queixa-crime, o nome do querelado, a menção ao fato criminoso,

C) a procuração para ação penal de iniciativa privada conter poderes especiais para o oferecimento de queixa-crime.

D) a procuração para crimes de menor potencial ofensivo não demanda nenhuma exigência especial dado o aspecto de informalidade e celeridade contidos na Lei 9.099/95,

E) a procuração para crimes de ação penal de iniciativa privada só precisa conter o nome do querelado.

20. Assinale a assertiva INCORRETA sobre os recursos:

A) A regra da unirecorribilidade impõe que o recurso só deve ser atacado por um único recurso. O sistema, porém prevê exceções acerca da impetração do Recurso Extraordinário em conjunto com o Recurso Especial;

B) A lógica do sistema recursal é de recorribilidade das decisões interlocutórias ou até dos despachos. Note-se que até mesmo o despacho do não

recebimento da denúncia pode ser atacado por recurso em sentido estrito;

C) A motivação dos recursos servirá à possibilidade de se contrarrazoar os recursos e, ainda, a definir o âmbito de devolutividade dos recursos ao segundo grau de jurisdição;

D) Sempre quando se estiver de frente para uma situação que envolva dois ou mais réus se deve ter em mente a possibilidade de extensão subjetiva dos efeitos dos recursos. Ou seja, tudo aquilo que não seja de caráter eminentemente pessoal e que for concedido a um dos réus deve ser concedido ao correu.

E) O prazo para manejar qualquer recurso, por ser prazo processual, conta-se o primeiro dia no dia útil subsequente à publicação.

GRUPO 3

21 Assinale a alternativa correta acerca do Benefício de Proteção Continuada (BPC- LOAS):

A) Um dos requisitos é ter idade acima de 60 anos se for mulher e acima de 70 anos se for homem;

B) Comprovar renda mínima do núcleo familiar abaixo de ½ do salário mínimo;

C) Ter contribuído para o INSS por no mínimo dez anos;

D) Tem direito o idoso de 65 anos de nacionalidade portuguesa e renda familiar de até ¼ do salário mínimo por pessoa;

E) Tem direito o idoso de 65 anos que comprovou para o INSS durante 30 anos se mulher e 35 anos se homem, em condição de vulnerabilidade.

22. Na hipótese de pedido de demissão por parte do empregado, uma das consequências para a rescisão do contrato de trabalho é:

A) Perda do direito de se habilitar no seguro desemprego;

B) Perda de receber o 13º salário proporcional;

C) Perda de receber as férias proporcionais acrescidas de um terço;

D) Perda de receber pelos dias trabalhados até o pedido de demissão;

E) Perda de receber as férias integrais já vencidas.

23. Em uma audiência trabalhista de instrução, ou seja, quando já realizada a audiência de conciliação com presença das partes e não houve possibilidade de acordo, o efeito processual da ausência do Reclamante é:

- A) Arquivamento da Ação;
- B) Designação de nova audiência;
- C) Penalidade de confissão ficta;
- D) Revelia;
- E) Não há penalidade processual.

24. Sobre as férias é correto afirmar:

- A) É direito do empregado solicitar a marcação de suas férias após o período de 12 meses de contrato de trabalho, na época que melhor lhe convier, bastando avisar ao empregador com trinta dias de antecedência;
- B) As férias, não importa a modalidade, devem ser quitadas sempre com acréscimo de 1/3;
- C) O empregado que pede demissão perde o direito de receber as férias proporcionais;
- D) O empregado dispensado por justa causa perde o direito de receber as férias integrais já vencidas;
- E) Empregado tem direito de “vender” suas férias integralmente ao empregador, se assim desejar.

25. Empregado admitido em 02.01.04 e dispensado sem justa causa pelo empregador aos 02.08.04 tem direito a seguinte proporção de 13º salário:

- A) 6/12
- B) 7/12
- C) 8/12
- D) 9/12
- E) 10/12

26. O percentual devido de recolhimento de FGTS pelo empregador em um contrato de trabalho normal, trabalhador urbano, é de:

- A) 3%
- B) 4%
- C) 5%
- D) 6%
- E) 8%

27. O recurso cabível no processo do trabalho para destrancar recursos que não tiveram seguimento é:

- A) Agravo de Instrumento;
- B) Agravo regimental;
- C) Recurso Ordinário;
- D) Recurso de Revista;
- E) Mandado de segurança.

28. Sobre honorários de sucumbência no processo do trabalho é correto afirmar:

- A) Serão devidos até o percentual máximo de 20%;
- B) São devidos na reconvenção;
- C) Não são devidos na hipótese de advogar em causa própria;
- D) Não são devidos em face da Fazenda Pública;
- E) O mínimo a ser fixado pelo Juiz é de 10% sobre o proveito da causa.

29. É (São) isento (s) do pagamento de custas no processo do Trabalho:

- A) O beneficiário da gratuidade de justiça, inclusive pessoa jurídica;
- B) O Banco do Brasil;
- C) As fundações públicas municipais que exerçam atividade remunerada;
- D) As sociedades de economia mista;
- E) As empresas públicas.

30. Sobre o denominado *ius postulandi*, é correto afirmar:

- A) É cabível até a instância ordinária de recurso;
- B) Somente é cabível por parte do Autor;
- C) É cabível na Ação Rescisória;
- D) É cabível perante o Tribunal Superior do Trabalho;
- E) É cabível no Mandado de Segurança.

GRUPO 4

31. Sob o fundamento de ofensa à repartição constitucional de competências entre os entes da Federação, o Procurador-Geral da República propõe ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto lei estadual que complementa a disciplina de determinada matéria de direito urbanístico constante de lei federal preexistente. Como se depreende de

elementos extraídos do processo, a lei estadual tem por finalidade atender a peculiaridades do Estado-membro, sem contrariar as normas gerais contidas na lei federal preexistente, a qual, contudo, não contém norma de autorização para que os Estados-membros legislem sobre a matéria.

Considerando a situação hipotética, nos termos da Constituição da República de 1988:

A) a lei estadual não pode ser objeto de controle concentrado perante o Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, embora, no mérito, a fundamentação seja procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.

B) o Procurador-Geral da República não possui legitimidade para a propositura da ação, embora, no mérito, a fundamentação seja procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.

C) o Procurador-Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, assim como, no mérito, a ação é procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.

D) o Procurador-Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas a ação, no mérito, é improcedente, uma vez que seria necessária prévia autorização por lei complementar federal para o Estado legislar a respeito da matéria de forma a atender a suas peculiaridades.

E) o Procurador-Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas a ação, no mérito, é improcedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa concorrente, em relação à qual os Estados possuem competência suplementar.

32. Acerca do controle de constitucionalidade concentrado, julgue as assertivas a seguir.

I – A administração pública indireta, assim como a direta, nas esferas federal, estadual e municipal, fica vinculada às decisões definitivas de mérito proferidas

pelo STF nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.

II – Em razão do princípio da subsidiariedade, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão somente será cabível se ficar provada a inexistência de qualquer meio eficaz para afastar a lesão no âmbito judicial.

III – É possível controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

IV – São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade interventiva os mesmos que têm legitimação para propor ação direta de inconstitucionalidade genérica.

Estão certas apenas as assertivas:

A) I e II.

B) I e III.

C) II e IV.

D) III e IV.

E) n.d.a

33. Com relação ao Mandado de Segurança, podemos afirmar, exceto:

A) Mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.

B) Não é cabível mandado de segurança contra lei ou ato normativo em tese, admitindo-se, todavia, que seja impetrado contra lei ou decreto de efeitos concretos.

C) O mandado de segurança pode ser impetrado por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, em defesa de direitos individuais.

D) Não se concede mandado de segurança em caso de ato administrativo contra o qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo.

E) O mandado de segurança pode ser impetrado para a defesa de interesses ainda que estes não sejam caracterizáveis como direito subjetivo.

34. A Assembleia Legislativa estadual promulgou a Emenda nº 24, dispondo que toda e qualquer concessão de direito real de uso e alienação de terras

públicas estaduais somente será possível mediante a autorização do Poder Legislativo estadual.

Considerando a situação hipotética, a reforma estaria em compatibilidade com a Constituição Federal,

A) caso a Constituição do Estado tenha considerado a separação dos poderes um limite material de reforma constitucional, logo, a Emenda nº 24 é inconstitucional.

B) a Emenda nº 24 é inconstitucional, pois quaisquer incursões do Poder Legislativo na esfera de atuação do Poder Executivo devem estar previstas na Constituição da República.

C) os limites materiais de reforma constitucional, previstos na Constituição da República, devem ser observados, por simetria, pelos Estados, logo, a Emenda nº 24 é inconstitucional.

D) a Emenda nº 24 é inconstitucional por afronta à proporcionalidade, já que a alienação ou a concessão de terras de reduzida dimensão não justifica a limitação da liberdade valorativa do Chefe do Poder Executivo.

E) a Emenda nº 24, ao adotar tutela compartilhada do patrimônio público, é compatível com a Constituição da República, devendo ainda ser observada a competência do Congresso Nacional nessa temática.

35. A Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) impuseram obrigações à sociedade e ao próprio Estado para a defesa do meio ambiente.

A respeito das legislações ambientais citadas, julgue as assertivas a seguir, relativos à Degradação e Poluição Ambiental.

I – Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica que deverá ser proposta por profissional competente legalmente habilitado.

II – Dependem de prévio licenciamento ambiental, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Está correto o que se afirma em:

III – Visando a reduzir a degradação da qualidade ambiental, o Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos.

A) I, II e III.

B) I e II, apenas.

C) I e III, apenas.

D) II e III, apenas.

E) II, apenas.

36. A Resolução CONAMA nº 237/1997 dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

Acerca do Licenciamento Ambiental, assinale a afirmativa correta.

A) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á possibilidade de realização de audiências públicas.

B) O licenciamento de um empreendimento ou atividade poderá ocorrer em mais de um nível de competência, conforme estabelecido pela resolução.

C) Os estudos necessários ao processo de licenciamento ambiental deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, que serão integralmente responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

D) O IBAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

E) O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, poderá expedir licenças ambientais isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

37. Gisele é servidora pública ocupante do cargo efetivo de médica do Município Beta, que, por estar exaurida após diversos plantões seguidos, cometeu grave erro médico no exercício de suas atribuições em hospital municipal, na medida em que amputou braço saudável de Eulálio, em lugar daquele que estava enfermo e necessitava de tal intervenção cirúrgica.

Em razão disso, Eulálio visa ajuizar ação de responsabilização civil em decorrência do trágico evento, sendo correto afirmar, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, que ele:

A) poderá optar entre ajuizar a ação em face de Gisele ou do Município Beta, na medida em que ambos respondem objetivamente pelas lesões causadas;

B) deverá ajuizar ação em face de Gisele e do Município Beta, situação em que terá que demonstrar que a servidora atuou com dolo ou culpa no exercício de suas atribuições;

C) deverá ajuizar a ação apenas em face do Município Beta, que responderá objetivamente pelos danos causados, na medida em que Gisele não poderá constar do respectivo polo passivo;

D) poderá ajuizar ação exclusivamente em face de Gisele, que responde objetivamente pelo exercício de sua prática profissional na qualidade de servidora pública;

E) não poderá ajuizar a ação em face de Gisele, pois o Município Beta deverá responder pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causem a terceiros, mediante demonstração de que agiram com dolo ou culpa.

38. Em decorrência de um buraco, que não foi devidamente sinalizado, aberto em uma via pública pela prefeitura para reparo em galerias pluviais, acabou acontecendo um acidente de trânsito, resultando em danos materiais ao veículo e lesões ao condutor. A vítima alega que o município foi negligente na manutenção e sinalização das vias.

Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de responsabilidade civil que pode ser aplicada ao município diante dessa situação.

A) Aplica-se, no caso, a teoria do risco integral pelo fato de que o ato que causou o dano ter decorrido de uma opção do ente público no exercício de uma atividade administrativa.

B) Responsabilidade civil objetiva, aplicando-se a teoria do risco administrativo, sendo imperiosa, para este fim, a comprovação do dano e do nexo causal, independentemente de culpa.

C) Responsabilidade civil por omissão, aplicando-se a teoria da culpa civil, que exige a comprovação do dano, o nexo de causalidade entre este e a culpa do agente público que se omitiu na manutenção e sinalização da via.

D) Responsabilidade civil solidária, por meio da qual o poder público municipal deverá indenizar o dano causado ao terceiro solidariamente com o servidor público que negligenciou o dever de manutenção e sinalização da via, sendo imperiosa, para este fim, a comprovação da culpa administrativa.

E) Responsabilidade civil subjetiva, aplicando-se a teoria da culpa civil, sendo imperiosa, para este fim, a comprovação do dano, do nexo causal e da negligência do Poder Público por ato omissivo de um agente.

39. Segundo a Lei 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa – suas disposições aplicam-se:

I - Ao servidor público.

II - Ao agente político, inclusive ao Presidente da República.

III - A qualquer agente público, servidor público ou não, desde que exerça cargo ou função remunerada.

IV - A lei é aplicável aos particulares que induzam ou concorram dolosamente para a prática do ato de improbidade.

De acordo com as assertivas acima, estão corretas as afirmativas previstas na alternativa:

A) I e II e IV

B) I, II e III.

C) I e IV.

D) I, III e IV.

E) I, II, III e IV

40. Com relação a Lei 14.133/2021 (lei de licitação e contratos administrativos), marque a opção correta:

- A)** No processo de licitação poderá haver margem de preferência para produtos de multinacionais, desde que o capital majoritário seja de empresa brasileira.
- B)** Dentre os objetivos da licitação consta o incentivo a inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.
- C)** Ela abrange as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
- D)** O procedimento licitatório será conduzido pela comissão de licitação, designada pela autoridade superior, sendo esta composta por três (3) servidores públicos efetivos.
- E)** O Estudo técnico preliminar, ao contrário da antiga lei de licitação, torna-se obrigatório somente nos casos de licitação de grande vulto, assim, consideradas na forma da lei.